



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
VARA DE PRECATÓRIAS CIVEIS E CRIMINAIS, FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DA
COMARCA DE PALMAS

Edifício do Fórum Marques São João da Palma, Quadra ACSU SE 10 Avenida Joaquim Teotônio Segurado, n.º. s/n, Plano Diretor Sul, Palmas/TO, CEP: 77020-002
Fone: (63) 3142-1500 | E-mail: precatorias1palmas@tjto.jus.br

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO

O Excelentíssimo Sr. Dr. Juiz de Direito da Vara de Precatórias Cíveis e Criminais, Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de Palmas, Estado do Tocantins.

FAZ SABER A QUANTOS O PRESENTE VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM E INTERESSAR POSSA, com fulcro nos arts. 879 ao 903, do CPC (Lei nº 13105/15), regulamentado pela Resolução CNJ 236/2016, que a Leiloeira nomeada, ROSIMEIRE ALVES DE OLIVEIRA MAIA, matriculada na JUCETINS sob nº 057, através da plataforma eletrônica www.rosioliveiraleiloes.com.br, levará a público para venda e arrematação, o bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir:

PROCESSO Nº. 0035006-02.2023.8.27.2729 - CLASSE: FALÊNCIA DE EMPRESÁRIOS, SOCIEDADES EMPRESÁRIAS, ME E EPP

AUTOR: VITORIA ATACADO, DISTRIBUIÇÃO E TRANSPORTE DE BEBIDAS EIRELI (CNPJ: 23.050.860/0001-35)

TERCEIRO INTERESSADO: BANCO BRASILEIRO DE CREDITO S.A (01.852.137/0001-37) ; BANCO MERCEDES-BENZ DO BRASIL S/A (60.814.191/0001-57); BANCO PACCAR S.A. (28.517.628/0001-88); BANCO RODOBENS S.A. (33.603.457/0001-40); BANCO VOLKSWAGEN S.A. (59.109.165/0001-49); BANCO VOLVO (BRASIL) S.A (58.017.179/0001-70); COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO UNIAO DOS ESTADOS DE MS, TO E OESTE DA BAHIA - SICREDI UNIAO MS/TO E OESTE DA BA (24.654.881/0001-22); ITAU UNIBANCO S.A. (60.701.190/0001-04); ITAÚ UNIBANCO S.A. (34.040.345/0001-90); JÉSSICA PEIXOTO DE FARIAS (718.528.241-15); MUNICIPIO DE PALMAS (24.851.511/0001-85); PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS (25.053.091/0001-54); PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PALMAS (24.851.511/0029-86); SCANIA BANCO S.A. (11.417.016/0001-10); MINISTÉRIO PÚBLICO (01.786.078/0001-46).

DATAS: 1º Leilão no dia 07/10/2026, com encerramento às 13:00 horas. Os lances poderão ser oferecidos desde o momento do lançamento do lote no site da Leiloeira, até o horário do encerramento, por valor igual ou superior ao da avaliação. Não sendo verificado lances iguais ou superiores ao valor de avaliação, o leilão permanecerá aberto até a data do 2º Leilão no dia 07/10/2026, com encerramento às 16:00 horas, quando serão aceitos lances com no mínimo 50% (cinquenta por cento) da avaliação, exceto nos casos onde há copropriedade. Para cada lance



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
VARA DE PRECATÓRIAS CIVEIS E CRIMINAIS, FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DA
COMARCA DE PALMAS

Edifício do Fórum Marques São João da Palma, Quadra ACSU SE 10 Avenida Joaquim Teotônio Segura-
do, n.º. s/n, Plano Diretor Sul, Palmas/TO, CEP: 77020-002
Fone: (63) 3142-1500 | E-mail: precatorias1palmas@tjto.jus.br

recebido a partir dos 03 minutos finais ao fechamento do leilão, serão acrescidos 03 minutos a partir do recebimento do último lance ofertado para o término do leilão.

REPASSE: Os bens que não receberem qualquer lance até o horário previsto para o encerramento do 2º (segundo) leilão, serão apregoados, novamente em “repassse”, por um período adicional de 1 (uma) hora, em até 15 minutos após o término do pregão de todos os lotes que compuserem o leilão. Durante a hora adicional (repassse) observar-se-ão, para realização de lances, as mesmas regras estipuladas para o 2º (segundo) leilão.

DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS): 01) Semirreboque, marca/modelo, R/Randon RE DL, carroceria: Dolly, ano/modelo: 2018/2019, cor: azul, placa: BCP9B84/TO, RENAVAM: 01172259582, CHASSI: 9ADMO452JKM431504. Nos termos do Laudo de Avaliação protocolado em evento 609, o veículo está apenas com 02 (dois) pneus velhos, possuindo 08 (oito) rodas, avaliado em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais); **02)** Semirreboque, marca/modelo, R/Randon SR BA, ano/modelo: 2018/2019, cor: azul, placa: BCP9B74/TO, RENAVAM: 01172255200, CHASSI: 9ADBO902JKM431502. Nos termos do Laudo de Avaliação protocolado em evento 609, o veículo está com apenas 04 pneus velhos, possuindo 04 rodas, e está sem o pistão do basculante, e com a caçamba enferrujada, avaliado em R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) **03)** Semirreboque, marca/modelo, R/Randon SR BA, carroceria: basculante; ano/modelo: 2018/2019, cor: azul, placa: BCP9B75/TO, RENAVAM: 01172255463, CHASSI: 9ADBO902JKM431503. Nos termos do Laudo de Avaliação protocolado em evento 609, o veículo está com apenas 04 pneus velhos, possuindo 08 rodas, e está sem o pistão do basculante, e com a caçamba enferrujada, avaliado em R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais); **04)** Semirreboque, marca/modelo, SR/NOMA SRAB2E18BCMD, carroceria: basculante, ano/modelo: 2013/2013, cor: cinza, placa: EQU3H10/TO, RENAVAM: 00542354195, CHASSI: 9EPO21120D1004404. Nos termos do Laudo de Avaliação protocolado em evento 609, o veículo possui apenas 04 (quatro) pneus velhos, possuindo 08 rodas, está sem o pistão do basculante, e com caçamba enferrujada., avaliado em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais); **05)** Semirreboque, marca/modelo, SR/NOMA SRAB2E18BCMT, ano/modelo: 2013/2013, cor: cinza, placa: EQU3H12/TO, RENAVAM: 00542554755, CHASSI: 9EP021120D1004405. Nos termos do Laudo de Avaliação protocolado em evento 609, o veículo possui apenas 04 (quatro) pneus velhos, possuindo 08 rodas, está sem o pistão do basculante, e com caçamba enferrujada., avaliado em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais); **06)** Semirreboque, marca/modelo, R/NOMA DOLLIE 2E, ano/modelo: 2013/2013, cor: cinza, placa: EQU3H11/TO, RENAVAM: 00542349426, CHASSI: 9EP310620D1004406. Nos termos do Laudo de Avaliação protocolado em evento 609, o veículo está com apenas 04 (quatro) pneus velhos., avaliado em R\$ 12.000,00 (doze mil reais); **07)** Semirreboque, marca/modelo, SR/LIBRELATO CRBAENI2 2E, carroceria: basculante, ano/modelo: 2018/2018, cor: preto, placa: PLF2J92/TO, RENAVAM: 01165332989, CHASSI: 97T0BN442J2001770. Nos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
VARA DE PRECATÓRIAS CIVEIS E CRIMINAIS, FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DA
COMARCA DE PALMAS

Edifício do Fórum Marques São João da Palma, Quadra ACSU SE 10 Avenida Joaquim Teotônio Segurado, n.º. s/n, Plano Diretor Sul, Palmas/TO, CEP: 77020-002
Fone: (63) 3142-1500 | E-mail: precatorias1palmas@tjto.jus.br

termos do Laudo de Avaliação protocolado em evento 608, o veículo está sem o eixo dianteiro, possuindo apenas 02 (dois) pneus velhos com roda; sem o pistão basculante; veículo foi tombado, avaliado em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais); **08)** Semirreboque, marca/modelo, SR/LIBRELATO CRBAENI2 2E, carroceria: basculante, ano/modelo: 2018/2018, cor: preto, placa: PLF5J39/TO, RENAVAM: 01165335660, CHASSI: 97T0BN442J2001771. Nos termos do Laudo de Avaliação protocolado em evento 608, o veículo está sem o eixo dianteiro, possuindo apenas 02 (dois) pneus velhos com roda; sem o pistão basculante; veículo foi tombado, avaliado em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais); **09)** Semirreboque, marca/modelo, SR/NOMA SRAB2E 18 BCMT, carroceria: basculante, ano/modelo: 2013/2013, cor: cinza, placa: FJX6G83/TO, RENAVAM: 00577445626, CHASSI: 9EP021120D1006763. Nos termos do Laudo de Avaliação protocolado em evento 608, o veículo foi tombado, estando amassado, avaliado em R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais); **10)** Semirreboque, marca/modelo, R/NOMA DOLLIE 2 E, carroceria: Dolly, ano/modelo: 2013/2013, cor: cinza, placa: FJX6G82/TO, RENAVAM: 00577445391, CHASSI: 9EP310620D1006764. Nos termos do Laudo de Avaliação protocolado em evento 608, o veículo possui somente chassi e 01 (um) eixo traseiro, avaliado em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais); **11)** Semirreboque, marca/modelo, SR/NOMA SRAB2E18 BCMD, carroceria: basculante, ano/modelo: 2013/2013, cor: cinza, placa: FJX6G81/TO, RENAVAM: 00577445197, CHASSI: 9EP021120D1006762. Nos termos do Laudo de Avaliação protocolado em evento 608, o veículo se encontra sem os pneus, sem eixo da frente, sem o pistão do basculante; e com a caçamba enferrujada, avaliado em R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

LOCALIZAÇÃO DO BEM: 01 ao 11) Avenida Vinicius de Moraes nº 3087, Setor Oeste, Colinas do Tocantins/TO (AUTO SOCORRO COLINAS), CEP: 77.760-000.

AVALIAÇÃO TOTAL: R\$ 251.000,00 (duzentos e cinquenta e um mil reais), em 24 de abril de 2025.

LANCE MÍNIMO 2º LEILÃO: R\$ 125.500,00 (cento e vinte e cinco mil e quinhentos reais).

DEPOSITÁRIO(A): 01 ao 11) NÃO INFORMADO.

ÔNUS: 01) Débitos no DETRAN/TO no valor total de R\$ 79,63, (setenta e nove reais e sessenta e três centavos), na data de 24 de julho de 2026. Outros eventuais constantes no DETRAN/TO; **02)** Débitos no DETRAN/TO no valor total de R\$ 79,63, (setenta e nove reais e sessenta e três centavos), na data de 24 de julho de 2026. Outros eventuais constantes no DETRAN/TO; **03)** Débitos no DETRAN/TO no valor total de R\$ 79,63, (setenta e nove reais e sessenta e três centavos), na data de 24 de julho de 2026. Outros eventuais constantes no DETRAN/TO; **04)**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
VARA DE PRECATÓRIAS CIVEIS E CRIMINAIS, FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DA
COMARCA DE PALMAS

Edifício do Fórum Marques São João da Palma, Quadra ACSU SE 10 Avenida Joaquim Teotônio Segurado, n.º. s/n, Plano Diretor Sul, Palmas/TO, CEP: 77020-002
Fone: (63) 3142-1500 | E-mail: precatorias1palmas@tjto.jus.br

Débitos no DETRAN/TO no valor total de R\$ 79,63, (setenta e nove reais e sessenta e três centavos), na data de 24 de julho de 2026. Outros eventuais constantes no DETRAN/TO; **05)** Débitos no DETRAN/TO no valor total de R\$ 79,63, (setenta e nove reais e sessenta e três centavos), na data de 24 de julho de 2026. Outros eventuais constantes no DETRAN/TO; **06)** Débitos no DETRAN/TO no valor total de R\$ 79,63, (setenta e nove reais e sessenta e três centavos), na data de 24 de julho de 2026. Outros eventuais constantes no DETRAN/TO; **07)** Débitos no DETRAN/TO no valor total de R\$ 312,61, (trezentos e doze reais e sessenta e um centavos), na data de 27 de julho de 2026. Outros eventuais constantes no DETRAN/TO.; **08)** Consta com restrição administrativa e débitos no valor total de R\$ 2.602,60 (dois mil, seiscentos e dois reais e sessenta centavos), na data de 24 de julho de 2026. Outros eventuais constantes na matrícula imobiliária.; **09)** Débitos no valor total de R\$ 1.474,48 (mil quatrocentos e setenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), na data de 24 de julho de 2026. Outros eventuais constantes na matrícula imobiliária.; **10)** Débitos no DETRAN/TO no valor total de R\$ 312,61, (trezentos e doze reais e sessenta e um centavos), na data de 27 de julho de 2026. Outros eventuais constantes no DETRAN/TO.; **11)** Débitos no DETRAN/TO no valor total de R\$ 312,61, (trezentos e doze reais e sessenta e um centavos), na data de 27 de julho de 2026. Outros eventuais constantes no DETRAN/TO.

OBS.: O arrematante declara estar ciente de que, além de possíveis ônus perante o DETRAN, poderá haver outras restrições judiciais originárias de outras Varas, que poderão causar morosidade na transferência do bem perante o DETRAN. Fica desde já ciente o arrematante que é responsável pela verificação de todos e quaisquer ônus que recaiam sobre o veículo, pois poderá ocorrer novas inclusões após a confecção do edital de leilão e sua realização. Os impedimentos para registro do veículo, devem ser informados ao Leiloeiro(a), ou sua equipe, para o devido peticionamento nos autos.

BAIXA PENHORAS, DEMAIS ÔNUS E TRIBUTOS: Com a venda no leilão, caso haja penhoras, arrestos, indisponibilidades, e/ou outros ônus que gravem a matrícula, o bem será leiloadado livre e desembaraçado de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de entrega, conforme artigos 903, § 5º, inclusive os débitos de natureza propter rem, conforme artigo 908 § 1º, ambos do CPC/2015. Débitos de IPTU, serão sub-rogados no valor da arrematação nos termos do art. 130, “caput” e parágrafo único, do C.T.N. Correrão por conta do arrematante, as despesas e os custos relativos à transferência patrimonial dos bens arrematados e diligências do Oficial de Justiça, se houver.

Conforme disposto no art. 40 do Decreto-Lei nº 21.981/32, que regulamenta a profissão da leiloeira



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
VARA DE PRECATÓRIAS CIVEIS E CRIMINAIS, FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DA
COMARCA DE PALMAS

Edifício do Fórum Marques São João da Palma, Quadra ACSU SE 10 Avenida Joaquim Teotônio Segurado, n.º. s/n, Plano Diretor Sul, Palmas/TO, CEP: 77020-002
Fone: (63) 3142-1500 | E-mail: precatorias1palmas@tjto.jus.br

e o art. 653 do Código Civil, a atuação do Leiloeiro Oficial ocorre por mandato, ou seja, apenas realiza a intermediação da oferta dos bens, conforme as regras determinadas pelo juízo responsável pelo processo e as características certificadas nos autos. Portanto o leiloeiro oficial não se enquadra nas condições de fornecedor, intermediário, ou comerciante, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro, não se sujeitando, ainda, às normas do Código do Consumidor, por não se tratar a compra em leilão judicial de relação de consumo.

Por este motivo, não cabe qualquer responsabilização deste(a) profissional quanto a demora na posse ou transferência do(s) bem(ns) arrematado(s), divergências entre as características encontradas nos bens recebidos em relação às características constantes em edital, vícios ocultos, emissão de documentos, baixas de restrições ou outras questões que recaiam sobre a arrematação.

DIREITO DE PREFERÊNCIA: Nos termos do artigo 1.322 do Código Civil, quando a coisa for indivisível e os consortes não quiserem adjudicá-las a um só, indenizando os outros, será vendida e repartido o apurado, preferindo-se, na venda, em condições iguais de oferta, o condômino ao estranho, e entre os condôminos aquele que tiver na coisa benfeitorias mais valiosas, e, não as havendo, o de quinhão maior.

Assim, para que **QUEM TIVER DIREITO** (art. 892 § 2º e 3º, 843 § 2º, ambos do Código Processo Civil) possa exercer o direito de preferência dos bens leiloados, deverão, de modo prévio, cadastrar-se e solicitar habilitação no site www.rosioliveiraleiloes.com.br. Ao efetuar o cadastro e habilitação, informar a **CONDIÇÃO DE PREFERÊNCIA** do bem, para poder, se quiser, exercer referido direito; fornecer as informações e documentos requisitados, e aderir as regras do gestor. **O TERCEIRO que, não seguir este procedimento não estará habilitado a exercer o direito de preferência.** Respeitadas as regras do **DIREITO DE PREFERÊNCIA**, havendo licitante em cada lote, seja no 1º ou no 2º leilão, caberá ao **TERCEIRO**, se desejar, **no tempo disponibilizado pelo sistema gestor para que os lances sejam cobertos por outros interessados**, exercer o direito de preferência, **ao menos igualando ao maior lance e forma de pagamento ofertada.**

VENDA DIRETA: Restando negativo o leilão, fica desde já autorizada a venda direta, observando-se as regras gerais e específicas já fixadas para o leilão, inclusive os preços mínimos. O prazo da venda direta é de 90 (noventa) dias, sendo fechada em ciclos de 15 dias cada. Não havendo proposta, o novo ciclo será reaberto, até o prazo final, aplicando-se por analogia o artigo 880 do CPC c/c art. 375 da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional do TRF da 4ª Região,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
VARA DE PRECATÓRIAS CIVEIS E CRIMINAIS, FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DA
COMARCA DE PALMAS

Edifício do Fórum Marques São João da Palma, Quadra ACSU SE 10 Avenida Joaquim Teotônio Segurado, n.º. s/n, Plano Diretor Sul, Palmas/TO, CEP: 77020-002
Fone: (63) 3142-1500 | E-mail: precatorias1palmas@tjto.jus.br

aprovada pelo Provimento n.º 62, de 13/06/2017.

LEILOEIRA: O Leilão estará a cargo da Leiloeira Oficial ora nomeada, **ROSIMEIRE ALVES DE OLIVEIRA MAIA**, JUCETINS sob n.º 057, com suporte técnico e utilização da Plataforma Leilões Judiciais (Leiloesjudiciais.com.br).

COMO PARTICIPAR DO LEILÃO: Quem pretender arrematar ditos bens, deverá efetuar cadastro prévio, no prazo de 24 horas de antecedência do leilão, através do site www.rosioliveiraleiloes.com.br, devendo, para tanto, os interessados, aceitar os termos e condições informados no site. Veja no site da Leiloeira Oficial a relação de documentos necessários para efetivação do cadastro.

Ficam desde já cientes os interessados de que os lances oferecidos via *INTERNET* não garantem direitos ao participante em caso de insucesso do mesmo por qualquer ocorrência, tais como, na conexão de internet, no funcionamento do computador, na incompatibilidade de software ou quaisquer outras ocorrências. Desse modo, o interessado assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação posterior.

Fica a Leiloeira autorizada a requisitar dos licitantes referências bancárias, idoneidade financeira e demonstrar inexistência de restrição em registro de cadastro de proteção ao crédito.

PUBLICAÇÃO DO EDITAL: O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio da Leiloeira www.rosioliveiraleiloes.com.br, e também no site de publicações e consultas de editais de leilão PUBLICJUD, www.publicjud.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do CPC/2015.

PAGAMENTO DE FORMA À VISTA: A arrematação far-se-á mediante pagamento à vista do preço pelo arrematante através de guia de depósito judicial (emitida pela Leiloeira), no prazo de 24 horas da realização do leilão (art. 884, inciso IV, do CPC/2015).

PAGAMENTO DE FORMA PARCELADA: O pagamento poderá ser parcelado em primeiro leilão por valor não inferior ao da avaliação e, em segundo leilão, pelo maior lance, desde que não considerado vil, conforme art. 895, I e II, do CPC, nas seguintes condições:

I – O arrematante deverá pagar **25% do valor do lance à vista** e o restante parcelado em até **6 (seis) meses**;

II – As prestações são mensais e sucessivas, no valor mínimo de **R\$ 1.000,00** cada;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
VARA DE PRECATÓRIAS CIVEIS E CRIMINAIS, FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DA
COMARCA DE PALMAS

Edifício do Fórum Marques São João da Palma, Quadra ACSU SE 10 Avenida Joaquim Teotônio Segurado, n.º. s/n, Plano Diretor Sul, Palmas/TO, CEP: 77020-002
Fone: (63) 3142-1500 | E-mail: precatorias1palmas@tjto.jus.br

III – Ao valor de cada parcela, será acrescido o índice de correção monetária do **IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**;

IV – A garantia será prestada por meio de **caução idônea**, a qual ficará condicionada à prévia análise, aceitação e homologação pelo juízo competente. Na hipótese de não apresentação de caução considerada idônea, ou caso esta não seja aceita pelo juízo, a expedição da Carta de Arrematação e a imissão na posse do bem somente ocorrerão após a comprovação do pagamento integral dos valores da arrematação. Consideram-se exemplos de caução idônea: a) **Seguro garantia e Fiança bancária**, valor suficiente para segurar o saldo devedor da arrematação; e b) **Imóvel em nome do arrematante ou de terceiro**, com valor declarado igual ou superior a três vezes o valor da arrematação.

Observação: O valor mínimo da avaliação do bem para que o parcelamento seja autorizado, deverá ser de **R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)**.

ATRASO NO PAGAMENTO DA PARCELA: No caso de atraso ou não pagamento de qualquer das prestações, incidirá **multa de 10% (dez por cento)** sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, autorizando o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos do processo em que se deu a arrematação. Em qualquer caso, será imposta a **perda dos valores já pagos** em favor do exequente e Leiloeiro, voltando os bens a novo leilão, do qual não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador remissos. **Sobre direito de preferência – lances à vista sempre terão preferência, bastando igualar-se ao último lance ofertado de forma parcelada, o que não interfere na continuidade da disputa.**

ARREMATAÇÃO PELO CREDOR: Se o exequente arrematar o bem e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão à custa do exequente (art. 892, §1º, do CPC/2015). Na hipótese de arrematação com crédito, o exequente ficará responsável pela comissão devida à Leiloeira.

PAGAMENTO DA COMISSÃO DA LEILOEIRA: A comissão devida à Leiloeira será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, não se incluindo no valor do lance (art. 7 da Resolução 236/2016 - CNJ), que será efetuada pelo arrematante no prazo de 24 horas da realização do leilão, em conta fornecida via e-mail após o encerramento do leilão eletrônico. Consumada a arrematação, no caso de desistência por parte do arrematante, nos termos do art. 903, § 6º, do CPC/2015, a comissão da Leiloeira será a esta Leiloeira devida.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
VARA DE PRECATÓRIAS CIVEIS E CRIMINAIS, FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DA
COMARCA DE PALMAS

Edifício do Fórum Marques São João da Palma, Quadra ACSU SE 10 Avenida Joaquim Teotônio Segurado, n°. s/n, Plano Diretor Sul, Palmas/TO, CEP: 77020-002
Fone: (63) 3142-1500 | E-mail: precatorias1palmas@tjto.jus.br

Caso o arrematante não realize o pagamento do lance ofertado e da comissão, será devida pelo arrematante em favor da Leiloeira a comissão conforme previsão em edital de leilão, Decreto Lei 21.981/1932 e Resolução 236/2016 do CNJ. Verificado o não pagamento, a Leiloeira cobrará judicialmente o valor devido, em razão do trabalho por ele realizado, valendo o lance registrado em banco de dados como título executivo.

Fica ciente o arrematante inadimplente que fraudar o leilão é crime previsto no artigo 358 do Código Penal e o Magistrado poderá determinar aplicação de multa e demais medidas judiciais previstas em Lei.

OBS.: Fica ciente o arrematante de que, em caso de invalidação, ineficácia, resolução ou desistência da arrematação, sem culpa do arrematante, a Leiloeira Oficial procederá à devolução da comissão após a devida intimação e no prazo estabelecido pelo Magistrado. O valor da comissão a ser devolvido será acrescido de correção monetária, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde a data do pagamento à Leiloeira até a data da efetiva devolução, conforme o art. 389 do CPC, sem a incidência de juros moratórios.

CANCELAMENTO/SUSPENSÃO DO LEILÃO MOTIVADOS POR ADJUDICAÇÃO, REMIÇÃO OU ACORDO APÓS A PUBLICAÇÃO DO EDITAL:

I - Caso haja adjudicação, será devido à Leiloeira, o importe de 2,5% (dois vírgula cinco por cento) sobre o valor da avaliação do bem adjudicado, a ser pago pelo adjudicante.

II - Havendo remição ou acordo, antes da realização do leilão, será devido à Leiloeira Oficial o importe de 2,5% (dois vírgula cinco por cento) sobre o valor da avaliação, a ser pago pela parte que remiu ou que postulou o acordo.

III - Será devido à Leiloeira Oficial, comissão de 5% sobre o valor da arrematação em casos de acordo ou remição após a realização da alienação e arrematação do bem, conforme artigo 7º § 3 da Resolução 236/2016, a ser arcado pelo executado remidor.

Os percentuais/valores acima, serão pagos a título de ressarcimento das despesas de publicação de edital, intimação das partes, remoção, guarda e conservação dos bens, nos termos do art. 7º, § 3º da Resolução do CNJ 236/2016, valores esses a serem pagos pela parte executada.

Se o Executado pagar a dívida na forma do artigo 826 do CPC, ou ainda, celebrar acordo, deverá apresentar até a hora e data designadas para o leilão, guia comprobatória do referido pagamento,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
VARA DE PRECATÓRIAS CIVEIS E CRIMINAIS, FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DA
COMARCA DE PALMAS

Edifício do Fórum Marques São João da Palma, Quadra ACSU SE 10 Avenida Joaquim Teotônio Segurado, n.º. s/n, Plano Diretor Sul, Palmas/TO, CEP: 77020-002
Fone: (63) 3142-1500 | E-mail: precatorias1palmas@tjto.jus.br

acompanhada de petição fazendo menção expressa quanto ao pagamento integral ou acordo, sendo vedado para tal finalidade o uso do protocolo integrado.

LANCES: Havendo lances nos 3 (três) minutos antecedentes ao horário de encerramento do leilão, haverá prorrogação de seu fechamento por igual período de tempo, a partir do horário de recebimento do último lance ofertado, visando manifestação de outros eventuais licitantes (arts. 21 e 22 da Resolução 236/2016 CNJ). Os arrematantes ficam cientes desde já que não sendo efetuado o depósito da oferta com o respectivo valor acrescidos da comissão da Leiloeira em até 24 horas, a Leiloeira comunicará imediatamente o fato ao Juízo (Pena de sofrer as penalidades legais, conforme Artigo 335 de Código Penal), informando também os lances imediatamente anteriores para que sejam submetidos à apreciação do Juízo, sem prejuízo da aplicação de sanções legais (art. 897, do Código de Processo Civil). Caso o arrematante vencedor não efetue o pagamento no prazo determinado, será convocado o segundo colocado na disputa para formalizar a arrematação.

VISITAÇÃO: É vedado aos Senhores Depositários criarem embaraços à visitação dos bens sob sua guarda, sob pena de ofensa ao art. 77, inciso IV, do CPC, ficando desde logo autorizado o uso de força policial, se necessário. Em caso de imóvel desocupado, também fica autorizado à Leiloeira a se fazer acompanhar por chaveiro. Igualmente, ficam autorizados os colaboradores da Leiloeira, devidamente identificados, a obter diretamente, material fotográfico para inseri-lo no portal da Leiloeira, a fim de que os licitantes tenham pleno conhecimento das características do bem.

DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS: Todas as informações necessárias para a participação dos licitantes no leilão, bem como quanto aos procedimentos e regras adotadas para sua validade, poderão ser adquiridas através da Central de Atendimento da Leiloeira, telefone 0800-707-9272, Chat no site da Leiloeira e também é possível, encaminhar e-mails com dúvidas à Central, através do link "Fale Conosco" ou diretamente pelo endereço contato@rosioliveiraleiloes.com.br.

ARREMATAÇÃO: Assinado o auto pelo Juiz, pelo Arrematante e pela Leiloeira Oficial, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (art. 903 caput, do CPC). Tratando-se de leilão eletrônico, a Leiloeira Oficial poderá assinar o auto pelo arrematante, desde que autorizado por procuração.

CONDIÇÕES GERAIS: A Leiloeira Oficial, por ocasião do leilão, fica, desde já, desobrigado a efetuar a leitura do presente edital, o qual se presume seja de conhecimento de todos os



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
VARA DE PRECATÓRIAS CIVEIS E CRIMINAIS, FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DA
COMARCA DE PALMAS

Edifício do Fórum Marques São João da Palma, Quadra ACSU SE 10 Avenida Joaquim Teotônio Segurado, n.º. s/n, Plano Diretor Sul, Palmas/TO, CEP: 77020-002
Fone: (63) 3142-1500 | E-mail: precatorias1palmas@tjto.jus.br

interessados. Ainda, não se enquadra na condição de fornecedor, intermediário, ou comerciante, sendo mero mandatário, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro. Este edital está em conformidade com a resolução nº 236 de 13/07/2016 do CNJ.

Os licitantes deverão acompanhar a realização do leilão, permanecendo a qualquer tempo em condições de serem contatados pela Leiloeira Oficial para qualquer tipo de informação que se faça necessária. Eventual prejuízo causado pela impossibilidade de contato ou falta de respostas do licitante, principalmente quando este não responder prontamente aos contatos da Leiloeira Oficial, serão de responsabilidade unicamente do próprio licitante.

INTIMAÇÃO: Ficam desde logo intimados, VITÓRIA ATACADO, DISTRIBUIÇÃO E TRANSPORTE DE BEBIDAS EIRELI, n/p de seu representante legal, BANCO BRASILEIRO DE CREDITO S.A n/p de seu representante legal; BANCO MERCEDES-BENZ DO BRASIL S/A n/p de seu representante legal; BANCO PACCAR S.A. n/p de seu representante legal; BANCO RODOBENS S.A. n/p de seu representante legal; BANCO VOLKSWAGEN S.A. n/p de seu representante legal; BANCO VOLVO (BRASIL) S.A n/p de seu representante legal; COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO UNIAO DOS ESTADOS DE MS, TO E OESTE DA BAHIA - SICREDI UNIAO MS/TO E OESTE DA BA n/p de seu representante legal; ITAU UNIBANCO S.A. n/p de seu representante legal; ITAÚ UNIBANCO S.A. n/p de seu representante legal; JÉSSICA PEIXOTO DE FARIAS n/p de seu representante legal; MUNICÍPIO DE PALMAS n/p de seu representante legal; PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS n/p de seu representante legal; PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PALMAS n/p de seu representante legal; SCANIA BANCO S.A. n/p de seu representante legal; MINISTÉRIO PÚBLICO n/p de seu representante legal; bem como os eventuais: coproprietários; proprietário de terreno e/ou titular de: usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso; credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada; promitente comprador/vendedor; União, Estado e Município no caso de bem tombado, das datas acima, se porventura não forem encontrados para a intimação pessoal, bem como para os efeitos do art. 889, inciso I, do Código de Processo Civil/2015 e de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto no art. 826 do Código de Processo Civil/2015.

Fica(m) cientificado(s) de que o prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos expropriatórios contidas no § 1º do art. 903 do CPC será de dez dias após o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
VARA DE PRECATÓRIAS CIVEIS E CRIMINAIS, FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DA
COMARCA DE PALMAS

Edifício do Fórum Marques São João da Palma, Quadra ACSU SE 10 Avenida Joaquim Teotônio Segura-
do, n.º. s/n, Plano Diretor Sul, Palmas/TO, CEP: 77020-002
Fone: (63) 3142-1500 | E-mail: precatorias1palmas@tjto.jus.br

aperfeiçoamento da arrematação (art. 903, § 2º do Código de Processo Civil/2015). E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. Publicado e afixado no local de costume, na sede do Órgão, bem como no sítio eletrônico: **www.rosioliveiraleiloes.com.br**.

Nesta Cidade e Comarca de Palmas/TO, em 11 de setembro de 2026.

LUIZ ASTOLFO DE DEUS AMORIM
JUIZ DE DIREITO